

EXPERIÊNCIAS AGRÍCOLAS E SOCIOCULTURAIS DOS KARAJÁ, AVÁ-CANOEIRO E TAPUIA - POVOS INDÍGENAS DO CERRADO GOIANO

AGRICULTURAL AND SOCIOCULTURAL EXPERIENCES INDIGENOUS PEOPLES
OF THE CERRADO GOIANO - KARAJÁ, AVÁ-CANOEIRO AND TAPUIA

Lorraine Gomes da Silva¹

Edevaldo Aparecido de Souza²

Manoel Calaça³

Eunice da Rocha Moraes Rodrigues⁴

Resumo

O artigo reflete sobre a agricultura tradicional como possibilidade de fortalecimento sociocultural para a vida dos povos Karajá, Tapuia e Avá-Canoeiro do Estado de Goiás. A agricultura tradicional é a forma mais antiga dessa atividade e não há intervenção de maquinários, que priorizam o uso de meios naturais no desenvolvimento da atividade, oposta ao modelo imposto hoje pela agroindústria. A agricultura indígena é uma prática agrícola que produz alimentos que garantam a satisfação das necessidades dos povos indígenas. Os indígenas apresentam uma rica experiência de relação com a natureza e de manejo dos ambientes naturais para a sua reprodução social. Portanto, nota-se a falta de políticas públicas, projetos, investimentos, subsídios, nessa área para os povos, sobretudo em Goiás, *locus* da pesquisa. Espera-se com essa reflexão promover, não apenas o debate acadêmico, mas também sensibilizar os órgãos competentes para as possibilidades de fortalecimento dessa prática junto aos povos indígenas de acordo com suas particularidades e interesses. Os procedimentos metodológicos utilizados foram entrevistas presenciais e *online* e rodas de conversas realizadas em trabalhos de campo nas aldeias. O referencial teórico foi direcionado ao debate sobre a relação desses povos com o território e o Cerrado, os modos de vida e as relações com os não indígenas. As práticas agrícolas tradicionais se apresentam como uma das estratégias de enfrentamentos das adversidades impostas pelas pressões agropecuárias externas ao seu território.

Palavras-chave: Agricultura Tradicional. Tapuia. Karajá. Avá-Canoeiro.

Abstract

The article reflects on traditional agriculture as a possibility of sociocultural straightening for Karajá, Tapuia and Avá-Canoeiro peoples' lives in Goiás State. Traditional agriculture is the oldest form of this activity and there is no machinery intervention, prioritizing the use of natural resources in the development of the activity, being opposed to the model imposed today by the industry. Indigenous agriculture is a practice that aims at producing food so as to meet the needs of indigenous peoples. They have a varied experience in terms of handling

¹Profª. da Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás – GO
lorrannegomes@gmail.com

²Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Quirinópolis – GO - edieueg@gmail.com

³Professor do Instituto de Estudos Sócioambientais – IESA – UFG - manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com

⁴Pesquisadora da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG - eunicetapuia@hotmail.com

nature and natural resources for their social maintenance. Therefore, we identify a lack of public policies, projects, investments, subsidies, in this area for the peoples, especially in Goiás, the research locus. We seek to promote reflection, not only academic debate, but also sensitize stakeholders in order to straightening such practice among indigenous peoples in accordance with their idiosyncrasies and interests. We used the following methodological procedures: interviews and Yarning circles performed in field studies in the indigenous society. The theoretical framework relies on the debate regarding the relationship of these peoples and their territory and the Brazilian Cerrado, their lifestyles and their relationship with non-indigenous individuals. Traditional agricultural practices stand as a strategy to face issues triggered by external agribusiness pressures.

Keywords: Traditional Agriculture. Tapuia. Karajá. Avá-Canoeiro.

Introdução

O presente artigo reflete sobre a “agricultura tradicional” como possibilidade de fortalecimento sociocultural para a vida indígena dos povos Karajá, Tapuia e Avá-Canoeiro, localizados no estado de Goiás. Analisa a realidade dos povos indígenas em Goiás que sofre, por séculos, as interferências de grupos não indígenas com interesses em apropriação dos seus territórios para transformar em terras de negócio. Essa ação tem promovido a redução das áreas das terras indígenas e de sua população, contudo, verifica-se um histórico de resistência dos indígenas às invasões de suas terras por fazendeiros, madeireiros, grileiros etc., expulsões, prisões, mortese ações de reocupação de seus territórios tradicionais.

Como uma das estratégias de resistência e defesa do território, a agricultura tradicional assegura a esses povos a garantia da produção alimentar e o cumprimento da função da terra para a coletividade. Sabe-se que a relação desses povos com a natureza e a conservação dos meios naturais é distinta e particular, pois envolve conhecimentos específicos, sobre rituais, hábitos alimentares, práticas de manejo, conservação e tantos outros. Compreende-se que a agricultura tradicional se contrapõe ao modelo tecnológico do agronegócio e tem sido referência e estímulo para as práticas de usos e manejos ancestrais.

As práticas agrícolas tradicionais têm significativo valor para a cultura indígena, no entanto, mesmo com todo o respeito à natureza e os cuidados com a biodiversidade, os estudos desse processo em Terras Indígenas ainda são insuficientes, bem como de políticas públicas voltadas ao método de agricultura desses povos. Espera-se com essa reflexão promover, não apenas o debate acadêmico, mas também a sensibilização dos órgãos competentes para as possibilidades de fortalecimento dessa prática junto aos povos indígenas, de acordo com suas particularidades e interesses.

O procedimento metodológico basilar para a composição dos dados aqui apresentados foram os trabalhos de campo. Para Minayo (2011) o trabalho de campo permite que o pesquisador aproxime da realidade sobre o qual formulou uma problemática, mas também pode estabelecer uma interação com os sujeitos que conformam a realidade, construindo conhecimento empírico.

Esse artigo é produto de várias pesquisas realizadas desde 2008, em parcerias com laboratórios, grupos de estudos e projetos de pesquisas nacionais e internacionais, junto aos povos indígenas de Goiás pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA)– UFG e Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Para a coleta de dados para a elaboração dessas reflexões, realizou-se um trabalho de campo na aldeia do Povo Avá-Canoeiro na cidade Minaçu, em setembro de 2018, com estadia de 7 dias. Um campo na aldeia do povo Karajá na cidade Aruanã, em agosto de 2019, com estadia de 5 dias e um campo em outubro de 2019 na aldeia do povo Tapuia, na cidade Rubiataba, com estadia de 5 dias. Além dos trabalhos de campo, utilizou recursos virtuais para esclarecimentos e entrevistas. O contato com os povos indígenas de Goiás desse modo é contínuo, o que facilita a coleta de dados e atualização desse estudo.

Para colaborar com a discussão, autores como Silva (2016); Moura (2006), Lima (2010), foram basilares para o debate sobre a relação desses povos com seu território e com o Cerrado, assim como a organização dos modos de vida e relações com os não indígenas, tendo as práticas agrícolas tradicionais um papel fundamental para o enfrentamento das adversidades impostas pelas pressões agropecuárias externas ao seu território.

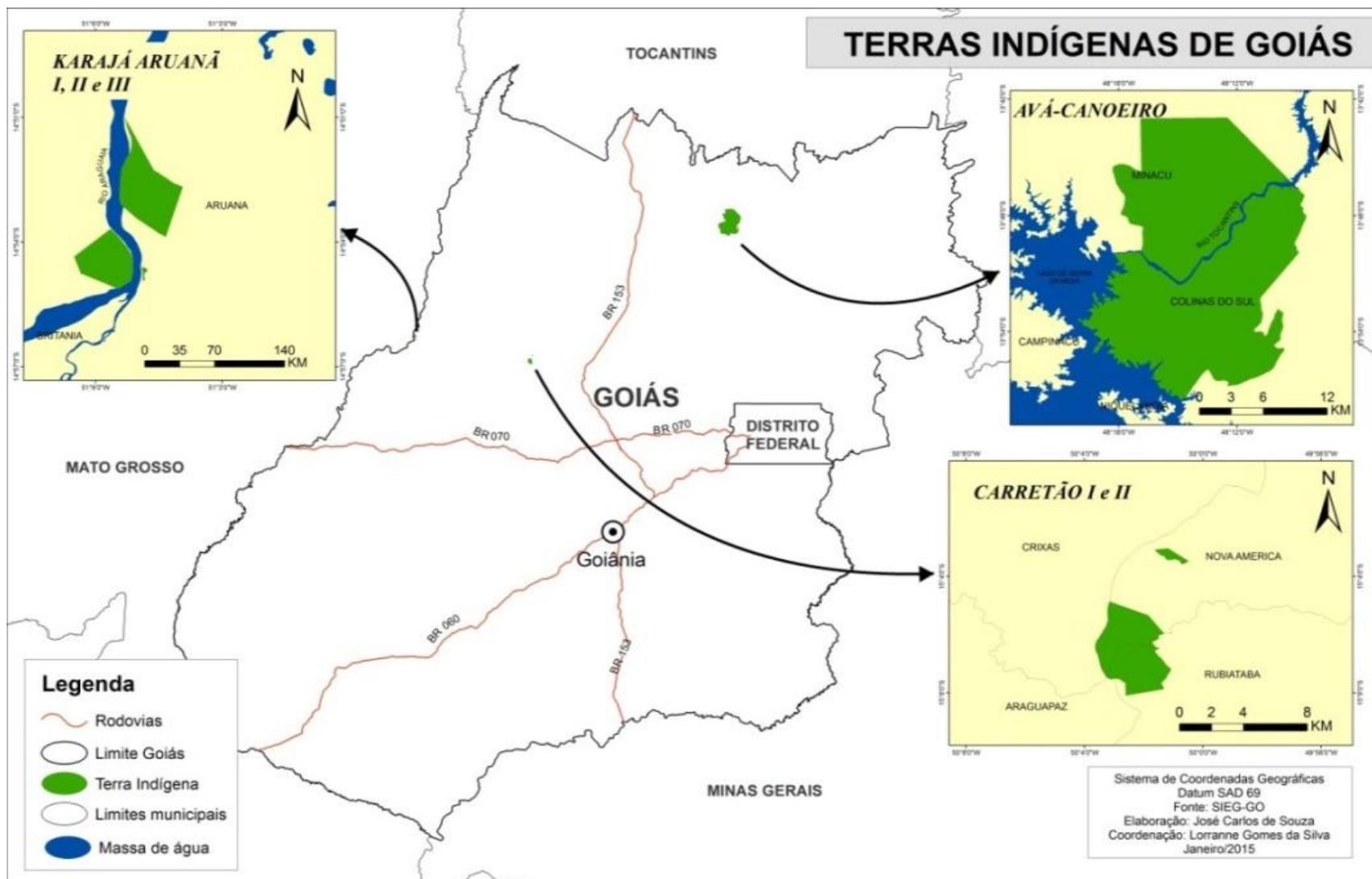
Os povos indígenas do Estado de Goiás: Tapuia, Karajá e Avá-Canoeiro

Existe no estado de Goiás, três Terras Indígenas (mapa 01): do povo Karajá localizado no município de Aruanã no noroeste do estado; do povo Tapuia localizado no município de Rubiataba também no sudoeste e do povo Avá-Canoeiro localizado no município de Minaçu, no norte goiano. Além dos povos citados há presença em Goiás de outros povos que não tem Terra Indígena e vivem em cidades como os: Chiquitano; Xavante, Tapirapé, Kamaiura, Jagamu, Guajajara, Caiapó, Javaé, entre outros não identificados.

As três Terras Indígenas de Goiás se localizam na porção norte do estado. Os Karajá (Terra Indígena Carretão I e II) e os Tapuia estão situados a noroeste, e os Avá-Canoeiro no extremo norte. Isso quer dizer que o contexto espacial explicita inicialmente que há uma lógica regional que se baseia numa conduta economicista: os lugares com maior dinamismo

econômico e, portanto, portadores de terras mais valorizadas, não possuem nenhuma Terra Indígena.

Mapa 01: Terras Indígenas em Goiás - 2015



Fonte: SIEG/GO, 2015

Povo Tapuia

Segundo Moura (2006), a etnia Tapuia era de 5.000 mil indígenas em 1800, foi reduzida a uma população de 276 indivíduos, distribuídos em 54 famílias, que vivem na Aldeia Carretão de acordo com o último censo da FUNAI de 2010. O aumento da população se efetiva pelos nascimentos e pelo retorno de famílias à Aldeia. Regionalmente a aldeia é conhecida como “Fazenda dos Tapuios”, situada entre a Serra Dourada (ou Serra do Tombador) e o rio São Patrício (ou Carretão), nos municípios de Rubiataba/GO e Nova América/GO.

A Terra Indígena Carretão é composta por duas glebas não contínuas: a Gleba 1, subdividindo-se em Gleba 1-A, localizada no município de Nova América, e a Gleba 1-B, localizada no município de Rubiataba, somando 1.666 hectares; e a Gleba 2, localizada no município de Nova América, com uma área de 77 hectares. As duas glebas perfazem um total de 1.743 hectares.

O povo Tapuia sempre lutou por sua identidade étnica, tanto institucional – ser reconhecido pelo Estado como indígena – como social – o que os fazem ser indígenas para a sociedade. Essas marcas também resultam dos conflitos pela terra com os fazendeiros da região que “desvalorizavam” a cultura indígena e até negavam a presença dos povos para facilitar a apropriação da terra.

Povo Karajá

O povo indígena Karajá se autodenomina *Iny*, que significa “nós”, portanto, um nome Tupi, cujo significado aproxima-se de “macaco grande” (FUNASA, 2020). Além dos Karajá o povo indígena *Iny* abrange os Javaé e os Xambioá, que falam a mesma língua, embora apresente algumas variações. A língua falada pelos Karajá é da família linguística Karajá, denominada por eles de *inyrybe* (ou a fala dos *Iny*), pertencente ao tronco-linguístico Macro-Jê. As aldeias somam 29 no total com população de 3.198 pessoas (FUNASA, 2020).

As aldeias Karajá, tradicionalmente, são compostas por uma ou mais fileiras de casas ao longo das margens do rio Araguaia. De acordo com a tradição indígena, normalmente, as portas de entrada das moradias são posicionadas de frente para o rio. De acordo com Baruzzi e Pagliaro (2002, p.01), “os índios Karajá habitam extensa região do vale do rio Araguaia, nos estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, com maior número de aldeias localizadas na ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo”.

De acordo com dados da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI, 2019) da cidade de Aruanã, a população do Povo Karajá de Aruanã é de aproximadamente 267 indígenas, distribuídas em duas aldeias: Buridina e *BdêBure*, e 35 que vivem fora das aldeias.

A área I onde está a aldeia Buridina localiza-se no estado de Goiás, no centro da cidade de Aruanã, com 14 ha. A área II situa-se no estado do Mato Grosso, na margem oposta da TI I, com 893 ha. Constitui-se área de caça, pesca e coleta primordial para a vida desse povo. Apresenta-se restrição de uso ao longo do ano em função do alagamento provocado pelo período chuvoso e a área III localiza-se a aldeia *BdêBure* é uma área bastante utilizada para plantio tendo sua vegetação original muito impactada por pastagens, processo anterior à demarcação como área indígena. (SILVA, 2016, p. 81).

Com as terras demarcadas, os Karajá organizam a vida de forma que as relações estabelecidas com os não indígenas, tanto moradores do município de Aruanã, como turistas, não solapem os costumes tradicionais de seu povo (LIMA, 2010). Para isso eles foram de contato interétnico ao longo dos anos, ressignificando traços de sua cultura e desenvolvendo estratégias de fortalecimento baseada na educação indígena, nas práticas cotidianas, no artesanato e associações.

Povo Avá-Canoeiro

Segundo SILVA (2010), o povo Avá-Canoeiro fez parte do movimento de dispersão dos Tupi e como a maioria dos povos indígenas do Brasil, tem sua história marcada por extermínios e uma quase extinção. Estão divididos em duas famílias: uma habitando a bacia do Rio Araguaia no estado do Tocantins, com aproximadamente 22 pessoas, e outra habitando a bacia do Rio Tocantins, no município de Minaçu, no estado de Goiás, com 08 pessoas.

A Terra Indígena Avá-Canoeiro em Goiás possui 38 mil hectares e se localiza ao longo do córrego Pirapitinga, afluente da margem esquerda do rio Tocantins, entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul, a 14 km à jusante da Usina de Serra da Mesa (administrada por FURNAS Centrais Elétricas) e a 10 km da Usina Hidrelétrica de Cana Brava (administrada pelo grupo Tractebel Suez).

Além dos danos e dos vários prejuízos socioambientais locais advindos da construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, o lago inundou 10% da Terra Indígena Avá-Canoeiro, equivalente a 3.163 hectares da terra. Em compensação às perdas causadas na Terra Indígena e para os Avá-Canoeiro, Furnas assinou, em 1992, o Convênio 10.323⁵, com vigência de cinco anos e possibilidade de prorrogação, responsabilizando-se pelos recursos necessários

⁵ Convênio que regulava as relações de Furnas com os Avá-Canoeiro, e esteve em vigor de 1992 a 2002.

à execução das ações nele propostas, bem como localização e contato com os Avá-Canoeiro isolados; reestudo dos limites da Terra Indígena; regularização fundiária, pautados no Programa Avá-Canoeiro (PAAC) e no repasse em *Royalties* (PCIAC).

A gestão dos recursos advindos desses royalties é realizada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A Terra Indígena Avá-Canoeiro é um território institucionalizado, gerido por órgão público e empresa privada, cada qual com seu interesse. Os indígenas tornam-se reféns a esses valores financeiros⁶ e vulneráveis a uma tutela de décadas (SILVA, 2005). Apesar de milionários pelo recebimento dos *Royalties*, vivem uma vida “precarizada”, sem direito à gestão direta de sua terra e seus recursos.

Verifica-se que os Avá-Canoeiro têm suas terras e conseqüentemente suas vidas tensionadas pela questão energética, os Karajá pela pecuária extensiva e pelo turismo; os Tapuia pela agropecuária. Essas realidades evidenciam disputas territoriais e conflitos, motivados por lógicas antagônicas na relação com a terra – a terra enquanto lugar da vida e a terra enquanto espaço de negócio. Frente a esse contexto de vulnerabilidade física e cultural, esses povos encontram alternativas e possibilidades para fortalecimento da cultura e proteção de suas terras.

Valorização da agricultura tradicional indígena: possibilidades e potencialidades

Há décadas a agricultura tem sido estruturada a partir do modelo de produção agrícola embasada pelos princípios da “Revolução Verde e voltado para o mercado,” até chegar ao atual domínio do “agronegócio”. Em todas as etapas do processo de implementação desse modelo o objetivo principal é o aumento da produção, mediante a mecanização das atividades agrícolas, especialização técnica, especialização da produção, e a expansão das monoculturas. Essas práticas geram grandes problemas ambientais e sociais como a degradação do solo e da redução da biodiversidade, entre outros, bem como a aceleração do processo de desterritorialização de muitas famílias e povos tradicionais do campo.

A agricultura “moderna” está baseada na aplicação de técnicas e tecnologias de alto custo, cujos únicos fins são o aumento do volume de produção e do lucro. Para a realização desse objetivo é intensificado o uso de insumos químicos, pesticidas, fungicidas, herbicidas, fertilizantes químicos sintéticos altamente poluentes, e práticas inadequadas de manejo e

⁶ Em 2011 e 2012, quando Furnas não fez o repasse do convênio, a família Avá-Canoeiro passou por muitas dificuldades, não tinham dinheiro nem mesmo para comprar comida. Esse foi um período que foram ajudados por funcionários da FUNAI, CESAÍ e por moradores regionais. Em 2016 o cenário de controle, sobretudo, da gestão dos recursos ainda prevalecia.

cobertura do solo que provocam perda de matéria orgânica; erosão e compactação do solo; extinção dos inimigos naturais (controle biológico); monocultura e redução da biodiversidade; poluição e deterioração do ecossistema; erosão genética, contaminação da água, dos alimentos e da saúde; concentração de renda, desarticulação e descapitalização dos camponeses, exploração da mão de obra familiar, aumento das desigualdades sociais, exclusão e expulsão de famílias tradicionais de suas terras; influência significativa e dependência das multinacionais fabricantes de defensivos e fertilizantes sintéticos.

Ao contrário, os indígenas apresentam uma rica experiência de relação com a natureza e de manejo dos ambientes naturais para a sua reprodução social. Segundo Fehlauser e Ayala (2007), o conhecimento cultural e de base etnográfica, a partir da agricultura indígena, valoriza o conhecimento, os modos de vida indígenas, as suas formas de organização social e política, os modos de produção-consumo, baseado nos sistemas de trocas e de padrões locais de sustentabilidade. A agricultura indígena é uma prática agrícola que busca a produção alimentar que garanta a satisfação das necessidades da comunidade indígena.

A soberania alimentar, garantia do cultivo de alimentos saudáveis para a reprodução coletiva dos sujeitos sociais, promoção da democratização e a humanização e o direito dos sujeitos sociais de decidir o que plantar e como se alimentar, é o contexto que se insere as práticas agrícolas indígenas. Segundo Guadarrama-Zugasti; Trujillo-Ortega; Ramírez-Miranda (2013, p.129) “a soberania alimentar se converte assim em uma categoria integradora, em um poderoso instrumento conceitual e político que sintetiza as relações referidas à natureza e a produção (Tradução nossa)⁷.”

Enfatizam ainda que o sistema de produção agrícola tradicional promove o desenvolvimento local e endógeno, bem como reforça a resistência aos sistemas agrícolas que empregam modernas tecnologias que tornam os produtores cada vez mais dependentes das empresas dos setores insumos agrícolas como sementes, venenos fertilizantes químicos, herbicidas etc., e que visam a produção de mercadorias de interesse do mercado mundial e matérias primas industriais. Para Borges e Rocha (2010) o conceito de soberania alimentar é muito mais abrangente no que concerne à justiça social que o conceito de segurança alimentar, pois envolvem outras dimensões do ser:

O avanço do conceito de segurança alimentar para o de soberania alimentar ocorreu devido à percepção de que apenas assegurar a alimentação não era o bastante. Diante

⁷ Segundo Guadarrama-Zugasti; Trujillo-Ortega; Ramírez-Miranda (2013, p.129) “la soberanía alimentaria se convierte así en una categoría integradora, en un poderoso instrumento conceptual y político que sintetiza las relaciones referidas a la naturaleza y a la producción”.

das várias conceituações sobre soberania alimentar, procuramos adequar as definições a nossa realidade regional e principalmente aos povos indígenas do estado. Isso nos permitiu entender que soberania alimentar está além da qualidade ou da quantidade de alimentos disponíveis nas aldeias. Soberania alimentar está presente também na vida espiritual e ritualística dos povos indígenas. A soberania alimentar traz consigo a valorização regional, a sustentabilidade que se deseja e, conseqüentemente, a autonomia dos povos diante do mercado externo (P.118).

De acordo com a declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar (2001) realizado em Havana – Cuba, o conceito de soberania alimentar é a via para erradicar a fome, a desnutrição e garantir a produção duradoura e sustentável de alimentos para todos os povos. Nesse contexto, entende-se por soberania alimentar o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o acesso à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção.

Acrescenta o documento do Fórum sobre Soberania Alimentar (2001) que essas políticas públicas devem respeitar suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham papéis fundamentais. A soberania alimentar deve garantir também a soberania econômica, política e cultural dos povos.

Embora os povos indígenas não tenham esse conceito incluído em seus saberes ancestrais, na prática o utilizam com todas as características desse termo, uma vez que a soberania alimentar potencializa o resgate da cidadania das comunidades indígenas e de que eles possuem o domínio e a decisão do que e como plantar alimentos saudáveis e limpos.

Segundo Machado e Machado Filho (2014), os conhecimentos tradicionais possibilitam a superação da monocultura e do agronegócio, seja em pequenas, médias ou grandes propriedades. É importante e necessário substituir as monoculturas pela diversidade de produtos cultivados, “[...] rotação de culturas, proteção dos biomas com reserva de áreas [...]; sucessão animal-vegetal; proscricção definitiva do arado e da grade (não se move o solo!) restituição da fertilidade do solo sem o uso de fertilizantes de síntese química [...]” (MACHADO E MACHADO FILHO, 2014, p.37-38).

Não há como retratar as atividades tradicionais de agricultura sem refletir sobre a terra e suas diversas formas de concepção e usos. A terra na visão capitalista é uma propriedade privada, voltada ao lucro, à valoração monetária, mas para os povos indígenas a terra é a “mãe” que lhes fornece o sustento da vida; ela é sagrada; nela viveram seus ancestrais e habitam suas tradições. Na terra estão contidos seus sentimentos, suas crenças, seus costumes,

suas tradições e a continuidade de suas vidas para além desse mundo. A resistência e a manutenção de seus integrantes enquanto povo, tem esses pressupostos como referência.

Albagli (2004, p.26) afirma que: “Nas sociedades indígenas, o fundamental é o sentimento de identidade com a Terra-Mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam com aquela parcela geográfica”.

Desse modo, compreender que a terra é senha da dignidade indígena, manto sagrado pelo qual as gerações mais velhas ensinam às gerações mais novas; o mito de origem; a espiritualidade; o conhecimento de plantas; os nomes dos animais e a percepção de que a sua sobrevivência material tem uma unidade com a sobrevivência espiritual e cultural, elucida que não se pode pensar os povos indígenas separados da terra; nem avaliar a terra fora do contexto territorial. “Para os povos indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimentos. Não é apenas um recurso natural – é tão importante quanto este – é um recurso sociocultural.” (RAMOS, 1986, p. 13).

Frutos para comer; o barro para fazer os objetos da cerâmica; as folhas para o artesanato; os peixes para alimentar; a água para banhar; a floresta para passear, as matas, riachos e rios para cultuarem sua espiritualidades, as múltiplas espécies de plantas para curar, para adornar, para brincar; as folhas das palmáceas para proteger e para criar artefatos e utensílios domésticos, assim como o roçado, a oca, a pinguela – e outros tantos valores de uso – sinalizam a dádiva da terra, a sua importância que, ao mesmo tempo, faz referência à cosmogonia indígena e ao apetrechamento da vida diária em todos os seus sentidos.

A força da terra na consecução da vida indígena e o sentido de unidade com a cultura, notadamente com os saberes, revela que os povos indígenas geralmente desenvolvem os seus valores, a sua aprendizagem e as suas significações a partir das lições do chão. Berço de origem e morada eterna, vínculo de energias múltiplas, painel de cores, plataforma sobre o qual se equilibra o corpo, útero de plantas e de animais, das águas e vertentes aglutinadoras do céu; o chão é proprietário das maiores lições: são nas suas trilhas, na sua superfície, no seu fundo e no seu mistério que se aprende a respeitar a vida e a devotar a vida na vida como algo simples, merecedor apenas de cuidado e de acolhida afetiva como um seio dadivoso do qual se emerge e nunca sai.

Nesse contexto, entende-se que valorizar a forma tradicional de agricultura é uma atividade que contribui para o fortalecimento sociocultural dos Karajá, Tapuia e Avá-

Canoeiro, preservando e cuidando da terra enquanto elemento fundamental para a vida indígena e fortalecimento da sua cultura.

Essa não é uma reflexão autoritária e externa, pois resulta da compreensão dos interesses desses povos a partir de diagnósticos e observações e interações realizadas com as comunidades indígenas. Ao observar as práticas cotidianas de plantio das roças e da produção de alimentos nota-se a gama de conhecimentos tradicionais envolvidos em todos os processos e os princípios de respeito ao meio em que vivem.

Experiências agrícolas e socioculturais dos Tapuia, Karajá e Avá-Canoeiro

Apresenta-se, nessa seção, as relações dos povos indígenas com a Terra e as experiências agrícolas e socioculturais dos Tapuia, Karajá e Avá-Canoeiro com processos e práticas agrícolas voltados a manejos tradicionais e sustentáveis.

Conforme Diegues (2000), a relação estabelecida ao longo de anos de adaptação ao meio natural pelas comunidades e povos tradicionais constitui-se fator fundamental para manutenção da biodiversidade. Brito e Coelho (2000), ressaltam que no Brasil, para as comunidades tradicionais, quintal é o termo utilizado para se referir ao terreno situado ao redor da casa, definido, na maioria das vezes, como a porção de terra próxima à residência, de acesso fácil e cômodo, na qual se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies vegetais e animais que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, bem como outros produtos, como lenha e plantas medicinais.

Para Diegues (2001, p.51) “as comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado”. Acrescenta o autor que “nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato [e] economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis” (DIEGUES, 2001, P.51).

Alguns pesquisadores não consideram os povos indígenas como comunidades tradicionais. Preferem utilizar a noção de sociedades tradicionais, haja vista estarem definindo “grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza”. Com essa noção podem se referir “tanto a povos

indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos” (DIEGUES *et al*, 2001, p.22).

Ainda que o termo quintal não seja utilizado pela tradição indígena, na organização espacial das aldeias é reservada uma área próxima as habitações para o cultivo de plantas menores como ervas comestíveis e para produção de remédios e outra área destinada às roças, que mantém as representações dessa relação com o meio ambiente, como o caso dos Tapuia, Karajá e Avá-Canoeiro.

O termo roça, pode significar tanto o próprio terreno de cultivo normalmente unifamiliar, como os produtos ali cultivados. É um método milenar, possivelmente transmitido por culturas pré-colombianas como dos Maias e dos Incas, que se disseminou por toda a América do Sul, e até hoje é praticado pelos indígenas em todas as regiões do Brasil.

A roça é preparada a partir da abertura de clareiras, formando corredores, seguindo-se a queimada, controlada, para evitar o excesso de calor e o dano às raízes, previamente plantadas. Caso o uso do fogo fosse descontrolado, os índios estariam destruindo seu próprio esforço de roçar e plantar, inclusive o plantio de longo prazo. O fogo é usado pelos índios no cerrado, e mais de uma vez. No início, ateam fogo controlado para a abertura dos terrenos de plantio e posteriormente a prática é repetida em menor escala, como uma técnica integrada ao conjunto de sua orientação no manejo dos recursos, com objetivos de fertilização e abertura de espaços reservados aos cultivos selecionados. (LEONEL, 2000, P.234).

Deve ser ressaltado que no manejo adotado pelo método de agricultura tradicional, nas comunidades tradicionais e povos indígenas, a queimada ainda é muito utilizada, mesmo sendo nociva ao solo e aos microrganismos. No entanto, de acordo com Ribeiro (1996), o manejo indígena não é baseado apenas no fogo, mas sim na formação das roças em locais escolhidos que permite a interação com a natureza circundante para sua preservação, obtendo em troca a caça e a proteção contra pragas. Destaca-se ainda que a roça tradicional é a roça de toco, onde a mata se recupera facilmente, pois, após o terreno ser usado ele é deixado para se recuperar e tendo os tocos, logo os brotos se tornam árvores e assim a mata se recupera mais rapidamente.

A agricultura tradicional é uma prática desenvolvida em pequenas áreas, a partir da diversidade de cultivares, as roças, com predominância de técnicas rudimentares, baseada nas relações de trabalho familiar e tem como foco a produção alimentar para o autoconsumo. Para Tarrafa; Filipe e Pacheco (2020, p 1):

O conceito de Agricultura Tradicional, em oposição ao de Agricultura Convencional, concentra a prática de uma agricultura baseada em explorações com parcelas agrícolas de pequena e média dimensão, de carácter familiar, alicerçada em práticas e técnicas pouco industriais/mecanizadas e mais dependente dos factores[*sic*] de trabalho (Homem). Este modo de produção gera uma ampla gama de

alimentos tradicionais, nutritivos e seguros, para autoabastecimento e comercialização de excedentes (circuitos curtos, mercados locais, feiras ou até à porta).

São comunidades compostas, predominantemente, por laços de parentesco, conforme Amorozo (2020) e ainda possuem alto grau de conhecimento do ambiente em que habitam. De acordo com Siminski e Fantini (2007, p. 692) “a agricultura itinerante praticada de forma tradicional pode ser sustentável [...]” e ainda considera que “esse sistema de cultivo promove a rotação de terras, além de implicar baixa incidência de pragas, doenças, e plantas invasoras.

Nessa prática agrícola as roças requerem períodos adequados preparo da terra; escolha do que plantar, quando e como para plantar; como e quando colher, por isso acontece em determinadas épocas do ano. Já as áreas mais próximas da aldeia se tornam a maneira mais fácil do cultivo principalmente de alimentos e plantas medicinais de fácil acesso e regularmente todos os meses do ano. Apesar de não tirar dali todo o sustento da família, ou para comercializar seus produtos, esses povos têm relações valorosas com essas áreas de pequenas plantações e das roças.

Para os indígenas são lugares de saberes e aprendizagens. Reproduzem seus conhecimentos com as plantas, sejam medicinais ou alimentares, adquiridos historicamente, transmitidos das gerações mais velhas às gerações novas. Quem cultiva a terra sabe prepará-las e conhece os efeitos das práticas que realizam. Por isso, não são muitas pessoas que plantam, principalmente, as plantas medicinais, apenas as que gostam e se sentem preparadas para lidar com esse conhecimento ou querem aprender. “No lugar se vive, se realiza o cotidiano”, desse modo são as experiências com o lugar que cria aos poucos os vínculos de respeito e relações diversas com o espaço organizado para o plantio, enquanto lugares de vivência e fortalecimento das práticas culturais.

Experiências agrícolas e socioculturais do Povo Karajá

A Terra Indígena I, do povo Karajá, na área urbana de Aruanã, é pequena e não garante o desenvolvimento de atividades tradicionais do povo como a caça, a pesca e a coleta em quantidade suficiente para o sustento das famílias. Já na Terra Indígena II há uma vegetação nativa exuberante, mas que permanece alagada no período de chuva, normalmente, de outubro a março. Isso compromete, por exemplo, o uso dessa Terra para plantios. Na Terra Indígena III, território que foi recuperado, após ter sido desmatado por não indígenas para a criação de

gado, apresenta predomínio de pastagens, além de ter uma porção que também permanece alagada no período chuvoso.

A adaptação ao ambiente foi desenvolvida pelos Karajá na relação com seu território tradicional, o Cerrado, ao longo de vários séculos. O surgimento da cidade sobre o território indígena os inseriu no *ethos* urbano. É aí, nestes territórios superpostos que (co)existem cultura indígena e não-indígena numa relação marcada por diferentes interesses de uso e apropriação do território. É nesta dinâmica que os Karajá vão construindo sua existência desenvolvendo mecanismos tanto de resistência, quanto de adaptabilidade, gerada pela situação de contato, no Domínio do Cerrado, as margens do Araguaia. (LIMA, 2010, p.112).

À vista disso, as experiências agrícolas e socioculturais dos Karajá de Aruanã, são desenvolvidas em pequenas áreas, ou em quintais, e plantam remédios; frutas do cerrado; verduras como mostra a (figura 1). Conforme os Karajá, o espaço dos indígenas, foram sendo aos poucos reduzido, isso fez com que a agricultura que antes ocupava grande parte da área II, limita-se aos quintais de algumas casas.

Tenho que comprar vasos para colocar minhas plantas, não tenho espaço, e todo mundo que precisa vem aqui, só tem que plantar raiz, os outros não sabem nem o que é isso. Tudo para mim está nas plantas, nunca fui na farmácia, não bebo essas coisas que não sei. Até eu morrer vai ser assim. Tentando manter as plantas que eu tenho, nem que seja dentro da minha casa. (RAIZEIRA KARAJÁ, 2019).

Uma das lideranças do povo Karajá afirma que

No passado havia plantação de hortas coletivas na área II (arroz, mandioca, batata doce, milho), portanto, a presença do gado no entorno e de outras propriedades, prejudicava as plantações, tinha muita briga, o gado entrava estragava tudo, índio matou gado e teve até polícia, foi até que desistiram de plantar (LIDERANÇA DO POVO KARAJÁ, 2019).

“As hortas coletivas e as roças ficaram na lembrança” disse uma liderança do povo Karajá (2019). Nesse contexto, sem a terra, os Karajá acabam resignificando práticas culturais milenares para resistirem ao cenário atual, como ressaltou Krenak (2015) em seu livro a queda do céu, os Karajá e tantos outros povos indígenas vão reinventando paraquedas para sobreviver.

Experiências agrícolas e socioculturais do Povo Avá-Canoeiro

Os Avá-Canoeiro, assim como a maioria dos povos indígenas respeitam a terra como uma “mãe”, ela significa mais que apenas um elemento onde podem ser retirados os bens naturais, mas o local em que constroem a vida de seu povo e por esta razão, nela estão gravados o passado e o presente de suas trajetórias e de sua cultura. Essa relação dos Avá-Canoeiro com a terra pode ser percebida no lugar de vivência.

Ao considerar as relações com o lugar de vivência, e este com seu modo de vida, é possível descobrir a cultura ecológica que envolve esse povo e o modo como se apropria do Cerrado; a sua tática de vida, a sua temporalidade, o uso de seus objetos, seus sonhos e, especialmente, o nível de colaboração entre os membros do grupo. Nota-se que a construção do lugar está sobreposta à construção da vida. A existência do grupo se estampa no movimento do lugar. Este expressa aquele movimento.

Porém, frente a população diminuta (8 pessoas) sendo duas mulheres idosas e três crianças, há pouco estímulo para a caça, a pesca e a coleta. Havia um cuidado especial com o plantio de milho, arroz, mandioca, limão, mamão, banana, amendoim, feijão, fumo, abóbora, melancia, entre outros, e as escolhas do que plantar. Mas, com o falecimento de IawiAvá-Canoeiro em 2017 (uma das lideranças), não houve mais plantio de roças, apenas pequenos cultivos fragmentados pela aldeia (figura 02).

Figura 01- Quintais de algumas famílias do povo Karajá em Aruanã, aldeia *Buridina* e *Bdeburé*, 2019





Fonte: Lorraine Gomes da Silva, 2019

O cultivo de frutas do cerrado em 2020, é feito pela *Nakawatxa*, sobretudo, o fumo que ela utiliza em seus rituais secretos de pajelança e cura. Como ela é idosa e tem dificuldades de deslocamentos longos, utiliza o espaço dos quintais na aldeia para plantar alimentos, frutas e o fumo.

Parazinho Tapirapé, esposo de *Niwatima*, com ajuda do TrumakAvá-Canoeiro cultiva roça de milho, batata, amendoim e mandioca. Segundo ele:

A gente não está plantando ainda esse ano de 2020, nois começa plantar setembro, outubro e por isso que agora estou fazendo uma casa primeiro, mas a roça está preparada, tudo pronto, aqui na aldeia nova tem uma roça, mas fazemos outra roça na aldeia veia, colheu tudo que nos tinha já, agora espera para plantar de novo, plantamos milho, abacaxi, abacate, inhame, mandioca, batata doce, amendoim, banana. Só eu e o Trumak que ajuda quando ele quer. Estou ensinando meus filhos, para me ajudar depois quando crescer (ENTREVISTA, 2020).

O que eles plantam não dá para o sustento de todos, eles têm uma ajuda de alimentos da FUNAI mensal. Nota-se que com a diminuta população, aos poucos, a motivação pelo cultivo tem sido pouca.

Experiências agrícolas e socioculturais do Povo Tapuia

O Povo Indígena Tapuia tem suas especificidades e contradições, pois já utilizou a terra para arrendamento, mas como o resultado não era satisfatório, não arrendam mais. Como a terra é lugar de reprodução da vida e possibilidade de geração de renda e manutenção da vida do povo, investiram na roça comunitária, que reflete práticas tradicionais e objetiva contribuir com a sobrevivência e permanência desse povo em suas terras.

De acordo com uma das lideranças (2018) todas as famílias podiam participar da horta, mas, cada uma deveria cumprir com o trabalho necessário para mantê-la, que envolve desde o preparo da terra até a colheita dos alimentos. Portanto, em 2019, a horta coletiva acabou. Sobre o assunto disse o cacique:

A roça garantia a comida de muitas famílias aqui na aldeia, todo mundo trabalhava, garantia seu alimento, tinha para todo mundo, depois chegou as dificuldade e nem semente, nem agua, tudo foi ficando difícil, a roça foi morrendo, morrendo é isso. Noissozim não consegue caminhar, não tem dinheiro para nada. Essa é a verdade. (CACIQUE TAPUIA, 2019).

Figura 02: Quintais da família Avá-Canoeiro, Minaçu





Fonte:Lorraine Gomes da Silva, 2016.

Ainda sobre a roça comunitária disse outra liderança do povo Tapuia:

A roça comunitária acabou faz tempo, o que levou acontecer isso mais foi a falta de incentivo mesmo porque até então para gente plantar tinha muito gasto aí a gente era apoiado pelo programa da SEAGRO, do governo do estado, aí eles parou de ajuda que era a lavoura comunitária ai eles pararam de ajudar e a FUNAI também parou de ajudar com relação a remoção do solo essas coisas assim né, aí a gente resolveu para da um tempo. Até hoje ainda temos o quite de irrigação que o estado ofereceu sabe aqui na aldeia ai a galera foi desanimando porque não tem dinheiro, nem ajuda, nem apoio.

A agricultura dos Tapuia se limita ao cultivo de hortaliças como alface, couve, cebolinha, abóbora; batata doce; milho; mandioca para consumo *in natura* e fabricação de farinha e algumas plantas medicinais para a fabricação de remédios. Membros da comunidade estão retomando a roça tradicional Tapuia, na qual se planta milho, melancia, abóbora, pepino, amendoim, arroz, feijão, batata, mandioca, entre outros, nos arredores das casas(figura 03).

Nesse contexto, o conhecimento sobre as plantas tradicionais está sendo cada vez mais esquecidos e não utilizados pelos mais jovens Tapuia, bem como o plantio tradicional das

roças, caça, pesca, preparo de alimentos, pinturas corporais e atividades tradicionais. Sobre as perspectivas atuais uma liderança do povo Tapuia disse que:

Mas, estamos com um projeto agora de voltar a cultivar comunitariamente de novo viu noista num projeto de volta as praticas tradicionais da agricultura principalmente com o milho, com a lavoura do milho. A horte coletiva em si não temos esse projeto mais não, pensamos em plantar nos quintais individuais cada um cuida do seu, cada família planta o que quiser e gostar. Então assim conversando com o cacique para gente ver agora, pedimos até apoio para a FUNAI fizemos um documento já solicitando combustível. (LIDERANÇA DO POVO TAPUIA, 2020).

A pecuária na região, sobretudo, no entorno da Terra Indígena é uma atividade que tem prejudicado muito os solos, a água, as nascentes e a vida dos Tapuia. Em 2018 foi elaborado o Projeto Nacional de Gestão das Terras Indígenas (PENEGATI) em parceria do povo Tapuia do Carretão com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, que tem por objetivo a gestão coletiva e consciente do território Tapuia. Em 2019, pesquisas realizadas através do PENEGATI, mostrou que muitas nascentes situadas no território Tapuia estavam comprometidas e prejudicadas devido ao pisoteio do gado. Além disso, o território reduzido e o solo árido dificulta os cultivos, conforme uma das lideranças do povo Tapuia:

Infelizmente nosso solo aqui é muito pobre, não temos mais área de mata para roçar e fazer o sistema tradicional de derrubar, esperar secar, queimar e plantar além disso tem nossas crenças, temos que fazer a oração do solo, a remoção do solo e organizar para plantar. Precisamos de apoio, tudo caro, não temos, nosso solo é árido, tem que corrigir, plantar é muita coisa e sabedoria sem isso não conseguimos. (LIDERANÇA DO POVO TAPUIA, 2020).

Figura 03 - Quintais de algumas famílias do povo Tapuia, Rubiataba, 2019,2020





Fonte: Eunice da Rocha Moraes Rodrigues, 2019; Wellington Tapuia, 2020

Há um esforço da Escola Estadual Indígena Cacique J. Borges, do Município de Nova América (GO), que através de seu Projeto Político Pedagógico (PPP) específico e diferenciado, tem buscado a revitalização destes conhecimentos e a sua manutenção nas gerações presentes e futuras. Ainda não é o suficiente, mas é algo que está germinando na tentativa da manutenção e fortalecimento da cultura e dos saberes ancestrais do Povo Tapuia.

Considerações Finais

Os povos indígenas, desde o “descobrimento do Brasil”, sofrem agressões e extermínio e afetando a cultura e reduzindo seus territórios. Nessa trajetória, as consequências mais graves são a redução drástica do número de sujeitos nas TI, as constantes invasões de suas terras por latifundiários para implantação de atividades agropecuárias, a introdução de doenças e práticas estranhas aos seus costumes, a perda da identidade como a língua, os hábitos e as crenças.

Outra questão importante apresentada, nessa análise, é a presença reduzida do Estado, uma vez que, de forma explícita ou implícita, tem se colocado sempre favorável às demandas do capital, portanto, dos fazendeiros e das empresas, que tem interesses nessas terras. A falta de apoio do poder público afeta diretamente a vida indígena dos povos estudados e fragiliza a soberania alimentar e complementação de renda, deixando-os vulneráveis a alimentos industrializados, envenenados, comprometendo a autonomia, a saúde e a qualidade de vida. Desse modo, atesta a importância e a urgência de projetos e políticas que viabilizem o fortalecimento da soberania alimentar e nutricional por meio da diversificação da produção, com a implementação e manejo das áreas mais próximas às aldeias e casas.

É necessário, portanto, políticas públicas e projetos que fortaleçam seus modos de vida e interesses, bem o desenvolvimento de projetos de pesquisas e publicações da realidade desses povos e dessa natureza, em parceria como os Povos Indígenas, de acordo com seus interesses, pelas instituições de ensino e pesquisa. Nesse sentido, esse texto buscou trazer a discussão da valorização da agricultura tradicional como estratégia de resistência e de bem-estar para os povos indígenas. É inegável a importância das práticas agrícolas desses povos, uma vez que contribui a melhora da qualidade de vida no que se refere à saúde, trabalho, renda, fortalecimento cultural, conservação da biodiversidade local, entre outros.

A agricultura em terras indígenas é produção de alimentos, garantia de controle e decisão do que plantar, vida saudável, fortalecimento do grupo, e, sobretudo, defesa e permanência do seu território. Todas essas características se materializam no fortalecimento sociocultural desses povos e, nesse entendimento, a agricultura tradicional se apresenta como um contributo essencial.

Mesmo no cenário desfavorável esses povos indígenas reinventam suas práticas e estratégia de resistência para garantir seus territórios. E assim garantir também as práticas agrícolas e outros elementos culturais vulneráveis sejam mantidos e ressignificados. A terra, como é a base fundamental para a reprodução da vida indígena. Sem a terra – como existir?

Referências

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius Nobre. (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: RelumeDumará Editora. 2004.

AMOROZO, Maria Christina de Mello. **Sistemas agrícolas tradicionais e a conservação de agrobiodiversidade**. Disponível em: <http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/MariaA.pdf>. Acesso em: 21 mai 2020.

BARUZZI, R.G., PAGLIARO, H., SILVA. **Os Índios Karajá das Aldeias de Santa Isabel do Morro e Fontoura, Ilha do Bananal: dados populacionais dos anos de 1969 e 2002**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

BORGES, D. R. e ROCHA, F. R. M. da. Reinventando Tradições em busca de Soberania Alimentar. In: ARAUJO, André Luis de O.; VERDUM, Ricardo (Orgs.). **Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade**. Brasília, DF: NEAD/SAF, 2010. 334 p. (NEAD Experiências). Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-lt_Livro_experincias_de_-24762814.pdf. Acesso dia 15/07/2016.

BRITO, M. A.; COELHO, M. de F. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais – unidades autossustentáveis. **Agricultura Tropical**, v. 4, n. 1, p. 7-35, 2000.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo-SP: Labor Edições/GESP, 2007.

DECLARAÇÃO DO FÓRUM SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Fórum mundial sobre soberania alimentaria**. La Havana, Cuba, 3-7 de setembro, 2001. Disponível em: <http://cecaneparana.blogspot.com.br/2010/01/declaracao-do-forum-sobre-soberania.html>. Acesso dia 15/07/2016.

DIEGUES, A. C. **S.O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

_____. A etnoconservação da natureza. In: _____. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 1-46, 2000.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F. da; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. SÃO PAULO: NUPAUB-USP/PROBIO-MMA/CNPQ, 2000.

FEHLAUER, T.; AYALA, C. Agroecologia em terras indígenas?: das fronteiras da sustentabilidade à política de educação intercultural. **Tellus**, Campo Grande-MS, ano 7, n. 12, p. 33-48, abr. 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE (FUNASA). Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/> Acesso dia: 20/04/2020.

GUADARRAMA-ZUGASTI, C.; TRUJILLO-ORTEGA, L.; RAMÍREZ-MIRANDA, C. Agroecologia y desarrollo rural em México: bases agroecológicas, sistemas sostenibles y soberania alimentaria. In: SAUER, Sérgio e BALESTRO, Moisés Villamil (Orgs.).

Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, p.229-260, 2013.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso: 26.05.2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEONEL, M. **O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura.** Revista Estudos Avançados, v. 14, n. 40, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, p. 231-250, 2000.

LIMA, S. C. de. **A permanência do estranho: os Karajá, os Tori e as disputas territoriais do cerrado goiano.** 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudo Socioambientais, UFG, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MOURA, M. C. O. de. (Coord.). **Índios de Goiás: uma perspectiva Histórico-Cultural.** Goiânia: Ed. da UCG; Ed. Vieira; Ed. Kelps, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **Trabalho De Campo: Contexto De Observação, Interação e Descoberta.** Pesquisa social: teoria, método e criatividade, p. 61, 2011.

RAMOS, A. R. **Sociedades Indígenas.** São Paulo: Editora Ática, 13-23p, 1986.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** 3 rei. São Paulo –SP: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, C. T. **Cativando Maira: a sobrevivência Avá-Canoeiro no Alto Rio Tocantins.** Tese de doutorado. Brasília. Faculdade de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SILVA, L. G. da. **Avá-Canoeiro: guardiões do Cerrado do Norte Goiano.** Ateliê Geográfico. V.4, n. 1, 2010.

SILVA, Lorraine Gomes da. **Singrar rios, morar em cavernas e furar Jatóka: ressignificações culturais, socioespaciais e espaços de aprendizagens da família Avá-Canoeiro do rio Tocantins.** 331f. Tese (Doutorado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SIMINSKI, Alexandre; FANTINI, Alfredo Celso. **Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina.** **Ciência Rural**, Santa Maria, v.37, n.3, p.690-696, mai-jun, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cr/v37n3/a14v37n3.pdf>. Acesso em: 21 mai 2020.

SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA (SESAI). Município de Aruanã. **Povo Karajá.** Dados não publicados, 2019.

TARRAFA, Laura; FILIPE, Cláudia; PACHECO, José Miguel. 2020. Modelos Tradicionais e Agricultura Sustentável. **Caderno Técnico**. Disponível em: http://www.inforcna.pt/Media/Files/2017830_AtVt80Maijun2017.pdf. Acesso em: 21 mai 2020.